REPRESENTAÇÕES DOS POVOS INDÍGENAS NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

MARIA DOS ANJOS RIBEIRO DA SILVA RODRIGUES[1]
ILMA MARIA DE OLIVEIRA SILVA[2]

AFILIAÇÃO

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão CCHSL – Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras. Campus Imperatriz (centro) ,R. Godofredo Viana, 1300 Centro CEP: 65901- 480 Imperatriz-MA.

RESUMO

Este resumo apresenta os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo analisar as representações dos povos indígenas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A metodologia empregada para conduzir esta pesquisa documental foi de natureza descritiva e analítica. A pesquisa concentrou-se em analisar como os povos indígenas são representados na BNCC, buscando identificar tanto os avanços quanto as deficiências presentes no documento em relação a essa temática. Para conduzir essa análise estabelecemos categorias específicas de investigação, abordando as contribuições históricas dos povos indígenas na formação da sociedade brasileira, a forma como a diversidade cultural indígena é representada na BNCC e o papel da BNCC como documento normativo para os currículos das escolas de Educação Básica. Os resultados da pesquisa apontam que a BNCC não aprofunda a discussão sobre a riqueza das culturas, histórias e tradições dos povos indígenas. Além disso, a perspectiva ocidental prevalece na BNCC, o que pode levar a uma compreensão limitada e inadequada das culturas indígenas. Essas descobertas destacam a necessidade de ressignificar a BNCC, bem como uma reconfiguração nos currículos escolares em todo o país. E assim, garantir uma representação mais precisa e respeitosa dos povos indígenas, promovendo uma compreensão de suas culturas e das contribuições que esses povos oferecem à sociedade Brasileira. Para tanto, a pesquisa aponta que é preciso analisar criticamente o documento normativo, visando uma abordagem mais inclusiva e sensível às diversas culturas e identidades que compõem a riqueza do Brasil. Os currículos escolares são passos importantes para garantir uma educação que respeite e celebre a diversidade cultural do país, promovendo uma compreensão mais dos povos indígenas e suas contribuições à sociedade Brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura; Diversidade; Currículo.

---

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL).E-mail: mariasilva.20200001471@uemasul.edu.br
[2] Licenciada em Pedagogia, Mestra em Educação e doutora em História. E-mail: ilmamaria@uemasul.edu.br.

INTRODUÇÃO

A história da educação brasileira, com mais de quinhentos anos desde o "descobrimento do Brasil", ainda carece de uma proposta curricular inclusiva que reconheça as diversas culturas do país. A BNCC, pela primeira vez na história, estabelece um currículo nacional para todas as etapas da educação básica, orientando competências e habilidades dos estudantes em todo o território nacional, baseando-se em marcos legais como a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e o Plano Nacional de Educação (2014 a 2024).

No entanto, apesar de ser um documento normativo, a BNCC representa os povos indígenas sem histórias específicas, culturas e diversidades. Isso levanta preocupações sobre a promoção da pluralidade cultural no sistema educacional brasileiro. Assim, o projeto analisou criticamente a representação dos povos indígenas na BNCC, identificando orientações curriculares relacionadas às contribuições indígenas na sociedade Brasileira e avaliando como a diversidade cultural indígena é abordada, bem como se os povos indígenas são representados como protagonistas de suas próprias histórias na área de História na BNCC.

A pesquisa realizada foi essencialmente uma pesquisa documental que se concentrou em analisar a BNCC sob várias categorias específicas de investigação. Estas categorias incluíram a análise das contribuições históricas dos povos indígenas na formação da sociedade brasileira, a avaliação da forma como a diversidade cultural indígena e uma análise do papel da BNCC como documento normativo para os currículos das escolas de Educação Básica.

A pesquisa sobre a representação dos povos indígenas na BNCC se apoiou em diversas fontes, incluindo autores como Chartier (2009), Cury (2018) e Santos (2017), além de teorias que abordam a inclusão e a representação dos povos indígenas na Educação Brasileira.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para esta pesquisa documental é principalmente descritiva e analítica. Portanto envolveu a análise da BNCC como documento normativo que orienta os

currículos escolares na Educação Básica. A pesquisa visou compreender como a BNCC trata a representação das histórias e culturas indígenas. As categorias analisadas foi a maneira pela qual os povos indígenas são representados pela BNCC. Portanto, a metodologia envolveu a análise documental, considerando suas influências, objetivos e a construção das representações dos povos indígenas no documento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A BNCC está dividida em três partes: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Quando a temática indígena é abordada no texto, os povos indígenas não são representados como sujeitos de suas próprias histórias nem reconhecendo sua contribuição para a formação da sociedade brasileira.

Um exemplo desse problema é evidenciado no Quadro 1, retirado da BNCC, que discute a temática indígena na disciplina de História do 6º ano do Ensino Fundamental.

Quadro 1. Temática Indígena no 6º ano

Unidades Temáticas	Objetos de Conhecimento	Habilidades

A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades.	Povos da Antiguidade na África (egípcios), no Oriente Médio (mesopotâmicos) e nas Américas (pré-colombianos) **Os povos indígenas originários do atual território brasileiro e seus hábitos culturais e sociais.** O Ocidente Clássico: aspectos da cultura na Grécia e em Roma	(EF06HI03) Identificar as hipóteses científicas sobre o surgimento da espécie humana e sua historicidade e analisar os significados dos mitos de fundação. (EF06HI04) Conhecer as teorias sobre a origem do homem americano. (EF06HI05) Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque **para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas.**

Fonte: Base Nacional Curricular Comum (2018, p.420- 421)

Na unidade "A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades", há apenas uma breve contextualização dos hábitos culturais e sociais dos povos indígenas. Já na unidade temática, especificamente na habilidade (EF06HI05), onde a prática docente é orientada pela BNCC, a presença dos povos originários e africanos é mencionada de forma geral e pouco aprofundada. Assim a "lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio" (Chartier, 1990, p. 17).

Embora haja avanços na abordagem das comunidades originárias da América pré-colombiana, destacando sua diversidade cultural e social, bem como suas contribuições sociais, econômicas e científicas, a abordagem sobre os povos indígenas no objeto de conhecimento "Os povos indígenas originários do atual território brasileiro e seus hábitos culturais e sociais" é tão generalista que torna difícil a efetiva abordagem da habilidade, com mostra: "Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de

sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas", pelos alunos.

Consequentemente, com base na análise do documento, conclui-se que as habilidades e objetos de conhecimento não contribuem de maneira significativa para uma prática docente que valorize as contribuições dos povos indígenas na formação da sociedade Brasileira, no documento da BNCC.

A BNCC é um instrumento direcionador que busca promover uma abordagem educacional abrangente, destacando as dez competências gerais que orientam a educação básica. Segundo Cury (2018, p.63) os "descritores de competências e habilidades são detalhadamente discriminados", e que essas competências se desdobram em habilidades específicas e em áreas do conhecimento que os alunos devem adquirir ao longo de sua jornada educacional. O objetivo da BNCC é orientar professores, formuladores de políticas educacionais e outros envolvidos para garantir uma educação de qualidade que prepare os alunos para os desafios do mercado de trabalho, enfatizando o pensamento crítico, resolução de problemas, integração de tecnologia e literacia digital.

No entanto, ao priorizar as dez competências, muitas outras questões são deixadas de fora do currículo escolar. É importante que professores e gestores considerem as necessidades específicas de cada comunidade, levando em conta as diferenças regionais, estaduais e municipais. Pois Conforme observado por Santos (2017, p. 12), “a perspectiva economicista, intrínseca a diversas políticas, estabelece critérios essencialmente econômicos, como eficiência e redução de custos, e enfatiza primordialmente o direcionamento da educação para a preparação da mão de obra, em consonância com o desenvolvimento econômico” Assim, a BNCC apresenta as competências gerais da educação básica, que, apesar de abrangentes, focam principalmente na preparação dos alunos para o mercado de trabalho.

A BNCC é um documento obrigatório para todas as instituições de ensino, embora o currículo oficial seja estipulado pelos sistemas de ensino estaduais e municipais. No entanto, a perspectiva econômica presente em muitas políticas educacionais coloca ênfase na preparação da mão de obra e no desenvolvimento econômico como principais objetivos da educação. Isso sugere que a qualidade da educação está intrinsecamente ligada à formação de cidadãos para posições privilegiadas na sociedade e no mercado de trabalho, enquanto uma educação de baixa qualidade resultaria em ocupações precárias e uma força de trabalho inadequada como

afirma, Santos (2017, p. 12).

A BNCC aborda a história e cultura dos povos indígenas de forma descontextualizada, muitas vezes relegando informações importantes para notas de rodapé. Essa abordagem resulta na marginalização dos povos indígenas no currículo escolar e perpetua uma perspectiva eurocêntrica. A longo prazo, isso contribui para uma representação marginalizada dos povos indígenas nos currículos escolares, sem levar em conta as contribuições dos povos indígenas na construção do povo brasileiro.

A pesquisa sobre o ensino de História nas séries finais do Ensino Fundamental revela que a BNCC não representa os povos indígenas como protagonistas de suas próprias histórias, apesar de afirmar o respeito à diversidade cultural e étnica. O documento contribui para estereótipos e preconceitos em relação aos povos indígenas, apesar da existência de leis que buscam promover uma representação mais adequada.

A discriminação dos povos indígenas na BNCC vai além da exclusão de suas histórias e conhecimentos, perpetuando as desigualdades sistêmicas. É crucial enfrentar essa disparidade e garantir que o currículo escolar promova a inclusão, respeito e valorização das culturas e perspectivas indígenas. A incorporação do conhecimento, da história e das vozes indígenas nos currículospode contribuir para um sistema educacional mais inclusivo, que celebre e respeite a diversidade de todos os estudantes

CONCLUSÕES

As considerações finais destacam os resultados da pesquisa sobre as representações dos povos indígenas na BNCC. Embora o documento seja normativo e fundamental para a educação no Brasil, a pesquisa revelou que, em relação aos povos indígenas, a BNCC carrega, mesmo de forma implícitas, elementos colonialistas e eurocêntricos, contribuindo para a marginalização desses povos.

Embora haja sinais de avanço, como menções a "resistências" e "conciliação," que buscam revisar a narrativa eurocêntrica, esses avanços ainda são insuficientes. A pesquisa indica que é necessário que as escolas ressignifiquem os currículos escolares de cada escola. Isso implica em desmontar o viés eurocêntrico implícito nas entrelinhas do documento. Por fim, a pesquisa reforça a importância do compromisso contínuo com a transformação dos sistemas educacionais para refletir a riqueza da diversidade cultural brasileira e garantir que

todas as vozes, especialmente as dos povos indígenas, sejam ouvidas, valorizadas e respeitadas no ambiente educacional.

APOIO FINANCEIRO

A Bolsa de Iniciação Científica (BIC QUOTA UEMASUL 2022) financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA que teve o valor inicial de 500 reais e em 28 de junho de 2023 foi assinado o aditivo no valor de 700 reais, Assim, o processo BIC-12470/22 ocorreu no período de 01/07/2022 a 30/08/2023. Com o objetivo de possibilitar a realização de pesquisa científica dentro da área de estudo dos Povos Indígenas. Nesse sentido, o objetivo foi de promover a investigação acadêmica, incentivando o desenvolvimento do conhecimento científico e contribuindo para o avanço do campo de estudo em questão. Muito obrigada por proporcionar essa grande experiência que marcou a minha vida acadêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. MEC/Secretaria de Educação Básica, Brasília, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/, Acesso em: 2º de agosto de 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: MEC, 2014.

CANDAU, V. M. (Org.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CHARTIER, R.A história ou a leitura do tempo. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2009, p. 17.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas> São Paulo: Cortez, 2018 FRANCO, M. L. P.B. Análise de Conteúdo – série Pesquisa em Educação nº 6. Brasília: Plano, 2003. 24 p.

DANTES, M. A. A invisibilidade dos povos indígenas na BNCC. Educação em Revista, 36, e200237.

FLEURI, Reinaldo. História, cultura e educação: repensando o pensamento histórico. Revista Educação e Realidade, v.28, n.2, p. 11-22, jul/dez 2003.

SANTOS, L. L. Administrando o currículo ou os efeitos da gestão no desenvolvimento curricular. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 33, e166063, 2017. https://doi.org/10.1590/0102-4698166